Introdução

Com o advento do neoliberalismo e com sua aplicação governamental política, o Estado restringe sua intervenção nas áreas sociais enquanto políticas focalizadas são implementadas.

A implementação do Exame Nacional do Ensino Médio, enquanto propiciador de um Sistema de Seleção Unificada em caráter nacional, propiciador, inclusive, de mobilidade estudantil e democratização de acesso ao nível superior de educação, é um exemplo de política focalizada. Incoerentemente, como democratizar um acesso ao Ensino Superior (ES) em um contexto em que o Estado se desresponsabiliza por uma intervenção direta no nível anterior de ensino, isto é, no Ensino Médio?

Nesta perspectiva, este trabalho pretende abordar a democratização existente na implementação dessa política focalizada no campo da Educação Básica com vistas à promoção à universidade, através do Exame Nacional do Ensino Médio com sua “renovação” ocorrida em 2009 que tem como foco a democratização do acesso ao Ensino Superior com a mobilidade estudantil e a indução de reestruturação curricular do Ensino Médio via um efeito ao qual denominamos retroativo.

1. Breve histórico do Exame Nacional do Ensino Médio

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – foi criado em 1998 e, até 2008, era composto por um caderno contendo 63 questões interdisciplinares de múltipla escolha¹, questões elaboradas a partir de uma matriz de 21 habilidades, e uma proposta de redação. Inicialmente, os dois maiores objetivos apregoados pelo Enem eram avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, funcionando como um exame diagnóstico do Ensino Médio e possibilitar a utilização da nota do exame como “bônus” na média final do vestibular das universidades do país.

A partir de 2009, as questões de múltipla escolha passaram a ser estruturadas em quatro matrizes, uma para cada área de conhecimento, sendo que cada uma das áreas se compõe de 45 questões. O exame passou a ser dividido em dois cadernos, aplicado em dois dias e contendo, ainda, a proposta de produção de texto. Os maiores objetivos desse

¹ Nos documentos do Inep, percebemos o uso da terminologia “questões objetivas” como sinônima de “questões de múltipla escolha”. Preferimos a segunda por entendermos a impossibilidade de uma questão ser objetiva, sem marcas de sujeito, sem marcas de subjetividade.

exame reestruturado (por isso denominado Novo Enem), conforme proposta do MEC apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), estão em induzir reformas curriculares do EM e em democratizar o acesso de estudantes de diferentes regiões a vagas em universidades públicas de outras tantas diferentes regiões do país² (via Sistema de Seleção Unificada, o qual será aqui explicado posteriormente). Vale ressaltar que o Enem também propicia a participação no Programa Universidade para Todos, o PROUNI³.

Porém, será que a indução curricular e a democratização de acesso ao ES são realmente propiciadas pelo Exame? É o que se discutirá a seguir.

2. O efeito retroativo e a não responsabilização

Efeitos retroativos têm como finalidade alterar mudanças em processos mais iniciais a partir de mudanças concretizadas em processos finais. Esse efeito já foi estudado em diferentes contextos e, conforme demonstra Retorta, em artigo publicado em 2008 pela revista Sínteses da UNICAMP denominado “Efeito retroativo do vestibular da Universidade Federal do Paraná no ensino de língua inglesa em nível médio no Paraná: uma investigação em escolas públicas, particulares e cursos pré-vestibulares”, “não há efeito retroativo nos cenários das escolas públicas” (RETORTA, 2008, p. 286) em seu contexto de estudo.

Com o Enem reestruturado a partir de 2009, o Ministério da Educação (MEC) tem como finalidade essa indução de reestruturação curricular.

A ideia de se reestruturarem currículos a partir de uma modificação gerada pelo novo formato de exame proposto pelo Ministério da Educação com o Novo Enem está em se conseguir uma reestruturação didático-pedagógica nas escolas a partir dessa mudança

² Destacamos a seguinte informação presente no portal do Inep: “Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.” Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

³ Destacamos a seguinte informação presente no portal do Inep: “O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 16 jul. 2012.

em um exame que se configura enquanto processo final. Isto é, modifica-se esta instância final (exame realizado no fim do Ensino Médio) com intuito de que isso ressoe no processo inicial (contexto de sala de aula de Primeiro, Segundo e Terceiro anos do Ensino Médio).

Porém, é preciso perceber que, movendo a ideia do efeito retroativo, foco primordial da mudança no Novo Enem, está a não culpabilidade governamental sobre os atuais formatos de currículo do EM, a não culpabilidade governamental sobre a atual qualificação professoral e está, ainda, a responsabilização, portanto, de um problema educacional que deve ser estimulado por órgãos maiores (MEC, no caso) e realizado concretamente no âmbito menor das escolas às quais cabe, portanto, a responsabilização de reestruturar currículos valendo-se, incoerentemente, dos mesmos instrumentos (mesmo corpo docente precariamente qualificado, por exemplo).

A pós-modernidade produz assim sujeitos sem consistência superegóica verdadeira, insensíveis à injunção simbólica, mas extremamente vulneráveis a todas as formas de trauma. Não recalando mais, eles se tornam imunes à culpabilidade, mas sujeitos à vergonha. Esse desaparecimento da culpabilidade é hoje tão profundo que alcançou o meio dos responsáveis políticos – lembramo-nos da história e aterradora fala de um ministro da Saúde dos anos 1980 a propósito da questão do sangue contaminado: “responsável, mas não culpado” (DUFOUR, 2005, p.108).

De tal maneira, o governo cumpre com os ideais “democráticos” de partilhar responsabilidades e, inevitavelmente, extirpa-se de qualquer culpabilidade.

Dufour recorre aos dizeres de Hannah Arendt⁴ e menciona, ao falar de uma negação geracional, que

Termo terceiro entre igualdade e a coerção, a autoridade corresponde a uma necessidade bem específica: a de “introduzir num mundo preestabelecido [...] os recém-vindos por nascimento”. É preciso, nos explica Hannah Arendt, que se tome encargo dessa introdução, senão “essa autoridade abolida pelos adultos só pode significar uma coisa: que os adultos recusam assumir a responsabilidade do mundo no qual colocaram os filhos” (DUFOUR, 2005, p. 136).

Logo, para as instâncias governamentais maiores mostrarem preocupação em

⁴ Hannah Arendt, “Qu'est-ce que l'autorité ?», em *La Crise de la culture*, Paris: Gallimard, 1972, p. 122-123.

“consertar” a educação, parece-nos que bastaria mostrar que tudo o que será feito na educação de “agora em diante” será “inovador”, “novo”, negando, portanto, olhar para o passado e perceber que há pontos positivos que podem ser aproveitados e de onde se deveria partir. Todavia, os dizeres de “renovação” que negam um passado não passam de dizeres vazios. O passado, o velho, o que já se fez na e pela educação fica negado e fica como inútil e errado.

Paralelamente, podemos pensar em um Governo que se recusa a assumir a culpa pelo insuficiente processo de ensino da escola pública e que se recusa à responsabilização por uma educação sem qualidade que oferta aos seus cidadãos.

Assim, uma avaliação “nova”, um currículo “novo”, um processo de ensino-aprendizagem “novo” chega aos dizeres subsequentes de Dufour de que “Tudo se passa como se essa geração de modo nenhum quisesse envelhecer” (DUFOUR, 2005, p. 138).

Nos dizeres governamentais, os índices da educação apontam para o fato de que o fracasso escolar deve-se ao fracasso dos currículos e do processo de ensino-aprendizagem. Assim, parte-se para uma negação geracional (DUFOUR, 2005, p.138) – comenta ser este um dos “dogmas marcantes da época pós-moderna”) e tudo o que se fez, até então, na escola é entendido como velho, no sentido de ultrapassado e de necessitado de renovação e uma educação sem antecedência válida é o dogma estabelecido.

A renovada educação é, portanto, a que põe o aluno no centro do processo, que traz assuntos do cotidiano e é essa educação que norteia o Exame Nacional do Ensino Médio. Mas como bem aponta Dufour, ratifica-se “o fato de que era preciso ‘pôr o aluno no centro do sistema educativo’, esquecendo que era preciso primeiramente instituí-lo” (p. 139), isto é, instituir o jovem como aluno (p. 138).

Assim, o Novo Enem pede por uma Nova Educação, mas em nada modifica o tratamento ao corpo docente – com relação às suas condições trabalhistas –, à sua qualificação professoral; aceita as novas tendências pedagogizantes⁵ “de forma tão servil e acrítica” (ARENDRT, 2005, p.29) que desinstituem o lugar do aluno e, não sem motivos, vai ao encontro da “poderosa pressão ultraliberal que preconiza sempre mais o descompromisso do Estado com a educação” (DUFOUR, 2005, p. 147).

⁵ A esse respeito, Hannah Arendt já mencionara que “a ilusão emergente do *pathos* do novo produziu as suas mais sérias consequências. Em primeiro lugar, permitiu que essa mistura de modernas teorias educativas provenientes da Europa Central, e que consiste numa espantosa salganhada de coisas com sentido e sem sentido revolucionasse todo o sistema de educação sob a bandeira do progresso” (2005, p.27-28).

Do ponto de vista da educação, a ruptura entre a modernidade e a pós-modernidade é surpreendente: uma geração não faz mais a educação da outra. Desaparecendo o motivo geracional, não há mais disciplina e, como não há mais disciplina, não há mais educação. O aparelho escolar pós-moderno apresenta, pois, essa particularidade espantosa: agora que a obrigação de escolaridade é (pela primeira vez na história) quase que generalizada, há cada vez menos educação (DUFOR, 2005, p. 141).

Todavia, o descompromisso em realmente qualificar as bases da educação mantém-se patente.

3. A democratização do acesso ao Ensino Superior

Com relação à mencionada “democratização” propiciada pelo Novo Enem cabe ressaltar que as duas maiores razões das alterações sofridas pelo exame são não apenas a já mencionada indução de reformas curriculares no âmbito do Ensino Médio, como também a democratização de acesso ao Ensino Superior.

A “democratização” é entendida como propiciada pelo Novo Enem pelo fato de que, sendo um exame realizado em caráter nacional, gratuito para pessoas de baixa renda comprovada e, especialmente, por ser um exame que permite mobilidade estudantil nas diferentes unidades da Federação⁶ (entende-se facilitar a um estudante do norte do país o acesso a uma universidade do sul do país, por exemplo, devido ao Sisu⁷), ele também permite a um bem mais expressivo número de estudantes o acesso ao Ensino Superior.

A alternativa à descentralização dos processos seria, então, a unificação da seleção às vagas das IFES por meio de uma única prova. A racionalização da disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos

⁶ Vejam-se os dizeres presentes na Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, apresentada em 2009 pelo MEC: “Exames descentralizados favorecem aqueles estudantes com mais condições de se deslocar pelo país, a fim de diversificar as oportunidades de acesso às vagas em instituições federais nas diferentes regiões. A centralização do processo seletivo nas IFES pode torná-lo mais isonômico em relação ao mérito dos participantes (BRASIL, MEC, 2009, p. 2).

⁷ “O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual **instituições públicas de ensino superior** oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)” (Grifos do autor. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2012).

de seleção para vagas em diferentes regiões do país, é uma responsabilidade social tanto do Ministério da Educação quanto das instituições de ensino superior, em especial as IFES. Da mesma forma, a influência dos vestibulares tradicionais nos conteúdos ministrados no ensino médio também deve ser objeto de reflexão (BRASIL, MEC, 2009, p. 2).

É perceptível que esta mobilidade seria assegurada no momento de realização do exame. Porém, depois de um estudante de baixa renda conseguir ingressar em uma universidade distante de onde mora, a estada deste é garantida na universidade? Nem todas as Instituições de Ensino Superior dispõem de moradias estudantis e nem todas possuem assistência estudantil que garanta a estada dos estudantes de baixa renda. Logo, a mobilidade garantida no exame, não é garantida posteriormente ao exame e este continua privilegiando aqueles que possuem recursos que os sustentem fora de sua localidade. Seria, assim, apenas uma aparente mobilidade.

Nessa linha de pensamento, recorreremos a Leher (2009, p.1) que ressalta, ainda, que

Como o exame é classificatório, não importa se o último ingressante teve nota 5, 6 ou 9. Este é um sistema que beneficia o mercado privado de educação: os estudantes que não lograram serem classificados nas públicas não terão outra alternativa que a de buscar uma instituição privada. E o MEC, reconhecendo a dita eficiência privada no fornecimento da mercadoria educação, prontamente se disponibiliza a repassar recursos públicos para incentivar as privadas a atender ao crescimento da demanda.

Logo, não há democratização efetiva.

Além disso, também precisamos interpretar a desejada “democratização” de acesso ao Ensino Superior almejada pela reforma do Novo Enem, como um menor número de pessoas deslocadas/fora do ambiente de trabalho durante o tempo em que estiverem no ES caso um maior número de pessoas tenha o almejado “democrático” acesso a ele.

As instituições escolares (compreendida aí a universidade) se encontram numa missão de acolhimento de populações incertas na qual a relação com o saber se tornou uma preocupação muito acessória ou esporádica. No que concerne à educação, trata-se sobretudo de guardar os futuros desempregados pelo maior tempo possível e ao menor custo. Um tipo novo de instituição plástica, cujo segredo a pós-modernidade possui, a meio caminho entre alojamento de jovens e a cultura, hospital-dia e asilo social, assimilável a espécies de parques de diversão escolar, está se instalando sob nossos olhos (DUFOR, 2005, p.148).

Destarte, pensar em democracia com Dufour está em se pensar criticamente o Estado Neoliberal que apregoa a “igualdade” entre os povos, o direito de ir e vir, decidir por si, sem que o Estado responsabilize-se, portanto por seus filhos, fazendo acreditar que esses são “livres” e é isso o que subsidia o dizer “democrático” do Estado.

Considerações finais

Em uma sociedade neoliberal, a intervenção do Estado na educação a fim de garanti-la com qualidade como direito para todos é cada vez menor. Logo, políticas focalizadas entram em voga atrás de discursos de democratização. É o que acontece com o Novo Enem, cujas finalidades maiores são a democratização de acesso ao Ensino Superior e a indução de reestruturação curricular do Ensino Médio.

Porém, considerando as formas de se atingir a democraticidade na educação via estratégias governamentais e, considerando este contexto neoliberal, percebemos que fazer crescer os números de aprovados em Instituições de Ensino Superior, os números de estudantes que conseguem participar de um exame nacional, ou implementar uma mobilidade estudantil apenas aparente em nada condiz com democratizar o acesso à educação.

Resta-nos perceber que “democracia” na educação vai além de “prova para todos” em “todos os lugares”. Democratizar a educação é fazer com que ela seja assegurada, para além da Constituição, em todo seu processo, em toda uma base escolar, em todos níveis de ensino (especialmente nos níveis fundamental e médio de educação escolar).

Resta observar, ainda, que, se reformas educacionais são necessárias, trocar “telhados” de construções já sólidas não faz com que seus alicerces passem a ter maior qualidade. Promover induções curriculares sem construir bases educativas sólidas, isto é, buscar por efeitos retroativos sem nada oferecer de melhorias aos estágios iniciais e médios de ensino escolar, não são promoções “democráticas” e nem mesmo efetiváveis.

Referências

ARENDDT, Hannah. A Crise na Educação. *In*: ARENDT, H. *et al.* *Quatro textos Excêntricos*. Seleção, prefácio e tradução de Olga Pombo. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

BRASIL. MEC. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310&id=13318&option=com_content&view=article>. Acesso em: 1 jul. 2012.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Trad.: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

LEHER, Roberto. *ENEM: o que é comodificado é mercadoria*. Rio de Janeiro: ADUFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.adufrj.org.br/index.php/textos-e_documentos/docdetails/396-enem-o-que-e-comodificado-e-mercadoria.html>. Acesso em: 5 jul. 2012.

RETORTA, M. S. Efeito retroativo do vestibular da Universidade Federal do Paraná no ensino de língua inglesa em nível médio no Paraná: uma investigação em escolas públicas, particulares e cursos pré-vestibulares. *Sínteses*, v. 13, Campinas, Unicamp. 2008. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/sinteses/article/viewFile/835/586>>. Acesso em 5 jul. 2012.

New ENEM in Question as a Targeted Policy of Curricular Induction and of Democratization of the Access to Higher Education

Abstract: The goals of National Secondary Education Examination, which was reformulated in 2009, are twofold: (1) induction of curricular changes at this level of education (which is called retroactive effect in this work) and (2) the democratization of the access to public universities by Brazilian population. Based on Arendt (1972) and Dufour (2005) and taking into account ultraliberal society of which we are a part, induction and democratization were analyzed. We put in question governmental accountability before school process, the modern pedagogical theories that disregard youngs as students, as well as the tendency to deny generational knowledge and renew processes incessantly. In order to achieve our goal, we established a historical path throughout National Secondary Education Examination by means of which it was possible to critically reason about retroactive effect and its inducing objectives, and at last, about democratization and student mobility that could be motivated by the new examination, according to the interest of the State bureaucracy. From this view, the democratization that has been spread by the examination – in its new format – as well as curricular induction are merely meaningless words and unaccomplished promises. Thus, the lack of governmental accountability in qualifying the basis of education is apparent.

Keywords: New ENEM – Neoliberalism – Curricular Induction - Democratization

O Novo ENEM em questionamento enquanto política focalizada de indução curricular e de democratização de acesso ao Ensino Superior